

Módulo 1

Infância, Adolescência, Família e Sociedade

Coordenação: Maria Cláudia

Unidade 1

A democratização e o reconhecimento da infância e da adolescência

Ementa: A história social da infância e da adolescência; concepções de infância e adolescência e a construção moderna da subjetividade; papel da escola e das modernas relações de trabalho na configuração histórico-social do conceito de adolescência; infância e adolescência como fenômenos socioculturais, portanto atravessados por questões de classe, raça e gênero.

Estamos tão familiarizados com um mundo povoado por crianças que nasceram no seio de uma família nuclear, que brincam, vão à escola, jogam e sonham, que esquecemos que esta não é uma condição presente em todas as sociedades, grupos ou culturas. O apreço que desenvolvemos pela ideia de que os pequenos necessitam de cuidado e proteção, além do direito à brincadeira, à imaginação, à educação e à saúde, leva-nos a pensar que esta é uma forma natural e universal de tratamento a eles concedido, passando a caracterizar como descaso e negligência todas as situações em que tais cuidados não lhes são oferecidos.

Neste capítulo pretendemos apresentar e desenvolver, por meio de exemplos, textos e vídeos explicativos, o argumento de que **a infância e a adolescência não são simplesmente fenômenos naturais do crescimento biológico** a partir do nascimento, mas **caracterizam-se como fenômenos sociais**¹. Também vamos explorar as mudanças que esse fenômeno vem sofrendo nas últimas décadas, motivadas pelo processo internacional de (re)democratização e reconhecimento de direitos sociais das populações em situação de vulnerabilidade social.

As experiências que definem “ser criança” e “ser adolescente” podem ser muito diferentes quando consideramos grupos sociais ou culturas diferentes, ou mesmo, em diferentes momentos históricos de um mesmo grupo social².

A forma como os pequenos se comportam, se percebem e são percebidos; os significados que levam uma criança a se identificar como “pré-adolescente”, e as cobranças e imposições feitas

1 Inserir um wiki ou nota no glossário com a distinção entre fenômeno natural e fenômeno social

2 Inserir um wiki com imagens e exemplos práticos dessas diferenças entre culturas e momentos históricos.

pelos adultos, são fatos sociais, ou seja, fenômenos construídos e transformados no processo histórico de uma sociedade. Assim, o sentido de infância e adolescência que temos hoje, nem sempre existiu em nossa sociedade. Em outros agrupamentos humanos, a forma de se proceder a passagem da infância à vida adulta envolve experiências sociais muito distintas daquilo que conhecemos como a adolescência. Deste modo, compreender a história da infância e da adolescência envolve, indiscutivelmente, estudar a história da família, dos processos de urbanização, do trabalho e das relações de produção.

Vídeo 1: “A INVENÇÃO DA INFÂNCIA”.

http://www.portacurtas.com.br/pop_160.asp?COD=672&Exib=255

Uma reflexão sobre o que é ser criança no mundo contemporâneo. Das esquecidas às estressadas, das mimadas às exploradas, todas as nuances das crianças do Brasil.

Documentário | De Liliana Sulzbach | 2000 | 26 min

Infância e adolescência: processos históricos e construção social

Philippe Ariès (1914-1984), um historiador francês profundamente interessado na história da Idade Média, foi um dos primeiros pesquisadores a dedicar-se ao estudo da infância e da família, abordadas como um fenômeno histórico-social. Ele estudou as representações sobre a infância presentes em obras de arte produzidas na Europa e notou que, anteriormente à Idade Média, à exceção da arte grega, “não havia um lugar para a infância” (Ariès, 1978, p. 50). Antigamente, crianças raramente eram representadas em quadros e esculturas e, quando apareciam, eram retratadas segundo as características físicas de adultos, só que em tamanho reduzido.

Progressivamente, figuras com características infantis passaram a aparecer somente em obras de cunho religioso (na forma de anjos, ou dos santos retratados na infância); mais tarde começaram a ser encontradas crianças também em obras de arte laicas³, quase sempre em meio a pinturas retratando famílias inteiras. Finalmente, por volta do século XVII/XVIII, passou a ser considerado imprescindível que toda família europeia nobre detivesse retratos pintados dos filhos⁴. Esse costume revela que, a essa altura da história, as crianças já começavam a ter uma identidade e

³Arte laica. O adjetivo laico qualifica as atividades humanas que não são governadas ou orientadas pela religião, no sentido amplo. A arte laica, portanto, é aquela que não é financiada, regulada ou inspirada por finalidades e temas religiosos. (glossário)

⁴ Um exemplo paradigmático dessa fase é o quadro *Las meninas*, de 1656, obra do Pintor Diego Velázquez, encontrada no Museu do Prado, em Madri, Espanha. Retratando as filhas do Rei Felipe IV em uma das salas do palácio real, a obra agrega ainda duas características interessantes a destacar: nela, Velázquez aparece retratado como personagem de sua obra, criando uma interessante lógica especular. E, diferentemente de outras obras do período, nas quais os retratados aparecem em pose rígida, *Las Meninas* segue um estilo de fotografia instantânea, em que as crianças aparecem em atividade espontânea, brincando. Esse modo de representação ajuda a sustentar o argumento de que as pequenas nobres recebiam à ocasião tratamento mais próximo aos das crianças da modernidade. A obra pode ser observada no link : http://en.wikipedia.org/wiki/Las_Meninas (EXEMPLO)

gozar de certa importância entre os membros da família.

Correlacionando a arte com uma análise detalhada de outros costumes e significados atribuídos às crianças na Europa clássica, Ariès é levado a crer que, antes do século XVIII, era muito tênue, quase inexistente, “a consciência coletiva desse sentimento de infância” (p. 54), que somente começou a ser construído a partir da modernidade.

Ignorava-se que fossem dotadas de uma personalidade, ou alma, desde o nascimento. A criança podia ser percebida tal como um animal de estimação, um anjo ou um selvagem. Elas morriam em grande número, mesmo nas famílias mais abastadas, seja por doenças ou por infanticídio⁵, um costume tolerado na Europa medieval. Ao morrerem, com frequência, eram enterradas no próprio pátio doméstico, sem batismo. Há relatos de recém-nascidos que eram entregues a amas para o aleitamento, e nunca mais eram recolhidas pelos pais. Os pequenos podiam chegar a viver anos sem que lhes fosse atribuído um nome próprio. São costumes estranhos, se os analisamos à luz das concepções que hoje temos, quando identificamos nas crianças sujeitos de direitos sociais.

As crianças que sobreviviam às doenças dos primeiros anos, às pestes e outros males, mal adquiriam algum desembaraço físico, passavam a se misturar às rodas de adultos, no trabalho e nas festas. Como, na maior parte das famílias o ofício de trabalho era realizado no próprio ambiente doméstico, brincar e trabalhar eram atividades que se misturavam, levando os pequenos a migrarem diretamente à posição de trabalhadores, sem passar pela adolescência e juventude, tal como as conhecemos nos dias atuais.

Em outras palavras, nesse período não havia, segundo Ariès, o sentido de infância e adolescência. Primeiro surgiu a noção de infância, sendo que antes que se chegasse ao sentido moderno do termo – a criança caracterizada como objeto de cuidado e proteção – foi vista como **objeto de apreciação** (a criança engraçadinha, que pode ser adestrada e fazer gracinhas, tal como um animal de estimação). Depois passou à condição de **criança paparicada**, quando começou a ser separada do mundo adulto, e reconhecida em suas necessidades próprias. Finalmente, identificamos ideia de **criança educada**, escolarizada, já na transição para a modernidade, quando aparece o sentimento de **infantilidade**. Junto com a escola, emerge também o sentido de adolescência, como veremos adiante.

Entendemos que o historiador francês teve um importante papel por dar visibilidade ao caráter histórico-social do fenômeno da infância e adolescência. Outros historiadores, tal como Heywood (2004) pensam o processo de modo distinto. Argumentam que cada tempo e lugar

5 **INFANTICÍDIO** As crianças mais frágeis, doentes ou portadoras de algum mal congênito eram deixadas definhar e logo morriam, algo que expressava a visão de que as crianças não tinham alma e ainda que não valia a pena o esforço familiar em preservá-las vivas.(GLOSSÁRIO)

definem concepções específicas sobre a infância e a adolescência. Em vez de um senso de infância que emerge na alta Idade Média e progride a partir daí, Heywood defende que, em diferentes tempos e lugares, infâncias vão sendo construídas e cada uma guarda com as demais apenas uma vaga semelhança, sendo marcada por significados e valores sociais específicos.

Sandra Corazza (Corazza, 2000), uma pesquisadora brasileira, lembra que o sentido moderno de infância é um fato cultural. Ela se interessou pelo sentido de “infantilidade”, ou seja, o tratamento da infância como fase de menor valia social, que acabou por predominar na era moderna. Trata-se de um juízo de valor que deriva do pensamento econômico, no qual a criança é situada em posição de menor status social, não por necessitar de suporte, mas por exibir menos maturidade, autonomia, racionalidade e produtividade, valores prezados em uma sociedade capitalista emergente.

Agregariamos ainda aos argumentos críticos precedentes, o fato de que Ariés descreve a história social da infância como se todas as crianças fossem um mesmo objeto de investigação, iguais às crianças da Europa. Ele despreza as diferenças e contradições que marcam a experiência infantil em diferentes segmentos e extratos de classes sociais, ainda que dentro de uma mesma cultura. Do mesmo modo, parece ignorar aspectos tais como gênero, religiosidade e e, que impõem profundas diferenças às experiências infanto-juvenis, em cada contexto. Vejamos como esse mesmo processo ocorreu na sociedade brasileira onde o processo de construção social da infância e da família desde o período colonial, não coincide totalmente com a descrição acima

A construção social da infância e da família brasileira

Tal como identificado por Ariès, durante o Antigo Regime, prevaleceu em Portugal uma profunda indiferença dos adultos em relação às crianças (Ferreira, 2002). Podemos supor que essa indiferença foi herdada pelas crianças brasileiras até cerca do século XVII, quando a infância passa a ser objeto de ações médico-sanitárias e pedagógicas, como veremos abaixo.

Costa (1989) condiz com essa visão, ao focalizar a formação social da família brasileira. Ele aponta que, desde a chegada dos portugueses, nas primeiras décadas após as naus de Cabral, até a transferência da família real para o Rio de Janeiro, em 1808, há poucos e esparsos registros da formação histórico-social da sociedade brasileira. A chegada da Corte impôs modificações significativas à Colônia⁶, introduzindo-a na modernidade. Até então, predominavam aqui valores tradicionais, herdados das elites rurais escravagistas, que, na prática, controlavam o poder político local. Com a vinda da família real para o Rio de Janeiro sob a pressão das guerras napoleônicas,

⁶ Considera-se como fase colonial o período que vai do Descobrimento (1500) até a independência do Brasil em relação a Portugal, ocorrida em 1822. A partir da chegada da família real portuguesa, o termo “Colônia” costuma ser utilizado para referir às terras brasileiras, por oposição à “Metrópole”, referindo-se à Portugal e, por extensão a toda a Europa. Nota-se, claramente, em ambas as denominações, um juízo de valor que subordina a colônia à metrópole (WIKI).

além do aumento expressivo da população urbana, passou a circular mais dinheiro e pessoas atraídas pelo comércio.

Os aristocratas, diplomatas, comerciantes, artistas e ruralistas portugueses, que acompanharam a Corte, contribuíram para uma aceleração do processo de modernização da matriz de valores locais. As influências urbanas da metrópole passaram a afetar concepções e comportamentos individuais. Logo foram criadas as primeiras universidades, quando se passou também a verificar uma penetração mais intensa de conhecimentos científicos, que afetaram a organização das famílias bem como as concepções e práticas relativas à educação infantil.

Em sua organização social tradicional, a Colônia estava segmentada entre casa grande e senzala, senhores e escravos. Para Silva (s/d), a história do Brasil colonial é a história de subordinação e acomodação de uma a outra classe. Cada um desses segmentos estava caracterizado por um sistema de valores e ideologias próprias, que só superficialmente esbarrava no outro. As relações de poder e as hierarquias que os distinguiam também afetavam os valores relativos às posições de gênero e idade, dos quais nos interessam, em particular, o valor concedido às crianças e jovens.

A casa brasileira, até o século XIX, era um misto de unidade de produção e consumo, ornada com poucos móveis e utensílios, oferecendo quase nenhum luxo. Freyre (1951, citado em Costa, 1989) assinala que nossos primeiros ricos desprezavam o conforto doméstico, e alardeavam poder através do número de escravos e da extensão das terras, exposição que tinha por cenário o espaço público da rua. A casa e o domínio privado eram o espaço da mulher e dos escravos, sem os quais a máquina doméstica não funcionava⁷. Assim descreve Lúcio Costa (s/d; p. 114) o papel do escravo na casa colonial:

(...) Era ele que fazia a casa funcionar: havia negro para tudo – desde negrinhos, sempre a mão para recados, até negra velha, babá. O negro era esgoto, era água corrente no quarto, quente e fria; era interruptor de luz e botão de campainha; o negro tapava goteira e subia vidraça pesada, era lavador automático, abanava que nem ventilador”.

Da mesma forma, eram particularmente das escravas a responsabilidade da amamentação, cuidado e medicação das crianças pequenas, favorecendo entre estas e as amas um senso de afeto e intimidade que, muitas vezes, faltava à relação com os próprios progenitores, marcada desde sempre pelo distanciamento e a obediência cega (Abeche e Rodrigues, s/d).

No sistema familiar colonial, as crianças representavam um elemento a mais a serviço do poder paterno (que o exercia na forma da autoridade incondicional, das punições físicas e castigos corporais). Igualmente a mulher encontrava maior identificação no papel de atender ao marido que

⁷Para aprofundamento do tema “organização e funcionamento da família colonial brasileira”, recomendamos a leitura do capítulo IV (Da família colonial à família colonizada) de Costa, J. F. **Ordem Médica e Norma familiar**. Rio de Janeiro. Graal, 1989

aos filhos. Os pequenos eram consideradas um elo supérfluo e acessório da cadeia de poder patriarcal, quando comparado aos filhos de mais idade, à esposa e aos escravos. Somente passavam a ter expressão para o pai quando adquiriam a capacidade de herdar seus bens, levar adiante seu trabalho e contribuir para preservar a riqueza de família. Daí o fenômeno da adultização precoce presente naquele contexto: mal o filho homem chegava à puberdade, ele assumia postura adulta, a fim de adquirir o direito a uma maior participação na atenção da família e a dispensa dos castigos e punições físicas impostos às crianças. No caso das filhas, o pai lhes impunha a escolha entre dois destinos: o casamento arranjado ou o convento.

O poder patriarcal, o distanciamento dos pais em relação aos filhos e a atribuição do cuidado da prole às escravas, características nucleares da família colonial, se converteriam em objetos de fortes críticas dos médicos sanitaristas, pedagogos e cientistas, que passaram a habitar a Corte. Eram costumes aos quais se associavam as causas da alta mortalidade e abandono de crianças, no Brasil, algo que a ciência da época já considerava necessário erradicar.

Essas críticas e, mais, as ações de moralização da família que foram engendradas a partir delas, levaram a uma progressiva revolução na dinâmica familiar, ao longo dos séculos XIX e XX, que pode ser assim esquematizada:

- a função da mulher na família migrou da atenção e cuidado prioritariamente dedicado ao marido para o papel de cuidadora principal dos filhos. Essa mudança de papel mostrou-se de fundamental importância quando da libertação das escravas, momento em que a mãe deixou de contar com essa mão de obra gratuita no cuidado infantil. Sem esse novo sentimento de maternidade, o fim do trabalho escravo teria causado uma crise social também nas camadas mais altas de nossa sociedade;
- do pai, passou a ser esperado que exercesse o papel de cônjuge na forma de relações mais horizontais; e que cumprisse o papel de figura afetiva e tutorial, em vez da mera autoridade patriarcal. Estudos como da Matta (data) evidenciam que esta foi a dimensão das mudanças que mais tardou a se consolidar, e ainda esbarra com importantes barreiras, como atestam os casos de violência intrafamiliar, abusos e exploração de filhos e esposas pelos homens;
- como consequência da lenta mudança de papel dos progenitores e graças à mediação da educação escolar e da urbanização crescentes, os filhos adultos deixaram de se representar como meros atores a serviço dos interesses econômicos familiares e puderam se reconhecer como parte de um sistema social mais amplo, no qual deviam assumir funções de serviço à sociedade (como o exército e o serviço público), inexistentes na Colônia.

E, como se deu tal processo nas famílias originalmente escravizadas?

Essas mesmas mudanças não afetaram as famílias escravas. Enquanto a transição da infância à juventude no seio das famílias da elite rural brasileira significava a superação de algumas hierarquias intra-familiares e a adoção de papéis de maior destaque social, no âmbito econômico e

político, bem diferente é o quadro entre as crianças negras. Enquanto pequenas eram tratadas pelos senhores tais como “bichinhos de estimação”, autorizadas a circular na casa grande, trançadas às pernas das escravas, fazendo gracinhas e truques, para deleite da família senhorial. Contudo, bem cedo, na idade de 6 ou 7 anos, já eram consideradas aptas para o trabalho pesado, passando a atuar na própria casa grande ou no campo, com pouca diferença em relação aos adultos negros.

Ao longo do século XIX, como uma das expressões dos ares mais liberais trazidos pela Corte, a escravatura foi abolida no Brasil. Em 1871, a Lei do Ventre Livre concedeu aos filhos de escravas nascidos a partir de então o direito à liberdade. Em 1888, foi a vez da Lei Áurea, que extinguiu toda a forma de trabalho escravo em nosso país. Entretanto, sem que houvesse uma política de Estado para apoiar a inserção laboral e prover apoio econômico a esse extenso grupo de ex-escravos, eles rapidamente passaram a sofrer outras formas de aviltamento e exploração, indo ocupar a base da classe dos miseráveis e excluídos sócio-econômicos de nosso país, que deram origem aos primeiros bolsões de pobreza.

Durante quase um século a condição de pobreza foi naturalizada, tratada como fenômeno natural, contra o qual nada se podia fazer. O Estado também mostrava-se omissos em enfrentar os problemas sociais decorrentes da pobreza, tais como a violência e a exclusão social, e a única alternativa oferecida era a separação das crianças e suas famílias, em instituições que funcionavam em regime de internato. Em tais situações, não havia separação entre os que eram vítimas e autores de violência, de modo que se converteram em espaços de aprendizagem social da violência.

Crianças e adolescentes das famílias pobres, sem acesso à educação e à saúde, eram muitas vezes entregues pelos próprios pais a instituições de internação, públicas ou filantrópicas, a título de os educar, proteger, abrigar (quando considerados “vítimas” da condição de pobreza); ou reabilitar e sancionar, quando se tornavam “delinquentes”.

Sem aprofundar no tema da institucionalização da infância pobre, que é objeto de outro capítulo, o processo acima descrito denota o que Rizzini (2004) concebe como a triste “opção histórica da sociedade brasileira por um modelo asilar de assistência à infância pobre” (p.21), em lugar de um modelo de promoção e prevenção. Essa opção contribuiu para estreitar a associação entre pobreza e classe perigosa que persiste até os dias atuais, interferindo na mudança de paradigmas necessária a uma cultura da proteção da infância e adolescência pobres.

Para fundamentar uma reflexão sobre a construção social da relação entre pobreza e violência, e compreender a forma como a infância e adolescência pobres se situam no processo, convidamos você a interromper a leitura aqui e fazer duas atividades:

(1) Leia as páginas xx a yy do livro “Capitães de Areia, de Jorge Amado”.

Em seguida, (2) assista o curta-metragem “**10 CENTAVOS**, no seguinte link:

http://www.portacurtas.com.br/pop_160.asp?COD=8738&Exib=2770

O roteiro retrata um dia na vida de um garoto que mora no subúrbio ferroviário de Salvador (BA) e trabalha como guardador de carros no centro histórico. Com Fernando Fulco, Frank Magalhães, Jorge Jr. Narcival Rubens, Paulo Prazeres e Stela Voutta. Ficção | De Cesar Fernando de Oliveira | 2007 | 19 min. Os capitães da areia de Jorge Amado agora reencarnados nos guardadores de carro do Pelourinho.

Antes determinar o capítulo, é importante voltarmos a um dos pontos centrais em todo esse debate: a questão da escola. Como vimos, a universalização do acesso à educação escolar representou importante papel na transformação da família e dos sujeitos, na era moderna. Este é o tema da próxima seção.

A escola e seu papel na configuração da infância e adolescência

Ao fim do século XVII, uma mudança social importante ocorreu na Europa, que contribuiu sobremaneira para transformar o lugar social da infância: o surgimento das primeiras escolas. Segundo os historiadores, a escola substituiria a aprendizagem social como meio de educação. A criança deixaria de ser socializada no contato direto com os adultos para encontrar na escola um local onde aprendizagens antes espontâneas passaram a ocorrer de modo formal⁸. As crianças passaram a viver nos anos escolares uma espécie de quarentena, que os mantinha afastados do meio social mais amplo, antes de voltar à vida pública, na condição de adultos jovens e produtivos.

As primeiras escolas eram muito diferentes das atuais: com frequência, funcionavam anexas às igrejas, onde só havia uma sala na qual se reuniam alunos de diferentes idades. No geral, ia-se mais velho para a escola permanecendo por poucos anos nos bancos da escola, já que o repertório de ensinamentos detidos pelos mestres de então não era assim tão amplo!

No século XIX, como efeito da Revolução Industrial, da urbanização, do desenvolvimento técnico-científico, da invenção da imprensa e das profundas mudanças na organização do trabalho, a escolarização passou a deter importância crescente na nova organização da sociedade. O modo de produção fabril passou a exigir cada vez mais formação e especialização do trabalhador, o que elevou a importância da aprendizagem técnica e científica que se podia obter por meio da educação escolar.

As escolas também serviram ao projeto de moralizar os jovens e controlar suas expectativas de futuro. Digamos que a escola ajudou a disciplinar-lhes e dar-lhes uma direção de desenvolvimento coerente com o projeto de sociedade visado pelos reformadores cristãos. A longa

⁸ Inserir aqui um wiki que explique a diferença entre aprendizagem espontânea x aprendizagem formal

trajetória escolar passou a servir como dispositivo de gestão de mão-de-obra jovem, ajudando a regular o capital humano, a medida a entrada no trabalho foi adiada para depois da saída da escola. Assim, a medida que novos desafios e funções eram atribuídos às instituições escolares, a quarentena foi se tornando cada vez mais longa, as crianças passaram a entrar na carreira escolar cada vez mais cedo e ali permanecer por longos anos. Ainda hoje, estar dentro ou fora do sistema escolar é um fator de identidade, respeito e auto-estima para os jovens. Ainda que a escola encontre problemas cada vez mais severos para cumprir suas funções nos tempos atuais, ela ainda representa uma forte referência de inclusão/exclusão social.

ATIVIDADE COMPLEMENTAR:

Se você tem interesse em aprofundar a reflexão sobre o significado da escola entre jovens de diferentes extratos sociais, assim como sobre seus dilemas e dificuldade em cumprir seu papel social, recomendamos o documentário “Pro dia nascer feliz”, de João Jardim (2006).

Boto (2003) argumenta que as escolas não teriam passado a aglutinar todos os importantes papéis acima listados sem que houvesse a cumplicidade de três atores sociais: **as famílias** (especialmente os novos ricos da classe social emergente no Brasil, após a vinda da família real); **os representantes da pedagogia cristã** (responsáveis pelas ações de moralização social por meio da escola); e a **medicina sanitária** que, no intuito de prevenir doenças e conservar a vida, passou a interferir cada vez mais no modo de vida das pessoas⁹. Pela intervenção da medicina e da pedagogia, as novas famílias burguesas – pessoas de crescente riqueza, mas sem bons modos e desprovidos de “berço” – passaram a valorizar a possibilidade de exibir comportamentos semelhantes aos dos extratos sociais mais elevados, como a nobreza e a realeza. A educação escolar foi adotada por essas famílias endinheiradas como a principal estratégia de promoção, entre os descendentes, de hábitos compatíveis com a cultura, a etiqueta e a higiene. Essas famílias passaram a investir na educação escolar das novas gerações, contribuíram para a construção e a consolidação dos colégios e internatos e, posteriormente, para a conversão da educação escolar em parte obrigatória da vida de crianças e adolescentes.

Considerando os argumentos acima, podemos defender que a adolescência, como esse estágio que representa a fase intermediária entre infância e vida adulta, é também uma construção social, e guarda profunda interdependência com a conversão dos colégios em espaço de socialização

⁹ A medicina contribuiu para mudar os costumes sociais e afetar a vida das pessoas, como ocorreu no tema do nascimento e da morte: se antes, estes eram momentos vividos no ambiente doméstico, dominados pelo saber popular e vistos como processos naturais, o maior poder do saber médico sobre as consciências individuais transferiu esses momentos para o hospital e hoje as pessoas comuns não conseguem lidar espontaneamente nem com um, nem com outro momento, sem a ajuda dos médicos.

das gerações mais jovens. Segundo Lopes de Oliveira (2006), a escola passou a representar o espaço social incumbido dessa preparação para o mundo adulto, assim como o lugar do “tempo de espera” pela oportunidade de acesso ao ensino superior ou ao trabalho formal.

Entendemos que os modo de viver a infância e a passagem desta à vida adulta, na sociedade brasileira, foi sofrendo modificações. Algumas mudanças que afetaram o mundo, como um todo, desde o período que se seguiu à segunda grande guerra (1939-1945) e, particularmente, na segunda metade do século XX tiveram e têm forte influência na infância e adolescência brasileira, na atualidade.

Após um período duro, marcado pela Guerra Fria e a divisão do mundo entre bloco capitalista e socialista, em que se deu o fortalecimento das ditaduras de direita e dos governos militares não-democráticos, o mundo passou a testemunhar, de modo paulatino, no cenário internacional exemplos de reação a esse modo dual de organização das relações políticas. Uma nova mentalidade de respeito às minorias e à diversidade social, cultural e histórica, de democratização social, de resistência às violações de direitos humanos, orientada para o desenvolvimento da cidadania e da participação social ampla começou a se estabelecer. Esse novo contexto possibilitou, não sem conflitos, a restituição do Estado democrático em países da América Latina, da África e outras regiões do mundo.

Queremos argumentar que o advento do **Estatuto da Criança e do Adolescente**, Lei 8069, de 1990 (ECA), como instância que regulamenta a Constituição Federal do Brasil, de 1988, no que se refere aos direitos sociais de crianças e adolescentes, reflete um amplo panorama internacional de mudança cultural, no qual incluímos a própria Declaração dos Direitos Humanos, de 1948, a Convenção Internacional dos Direitos da Criança e a Doutrina das Nações Unidas para a Proteção Integral da Criança.

O que há de comum entre esses documentos e o nosso Estatuto da Criança e do Adolescente é a ênfase na implementação de dispositivos jurídicos capazes de garantir que crianças e adolescentes, na posição de sujeitos em condição peculiar de desenvolvimento intelectual, moral e social, tenham respeitados seus direitos sociais fundamentais, entre os quais: vida, saúde, alimentação, educação, esporte, lazer, profissionalização, cultura, dignidade, respeito, liberdade, convivência familiar e comunitária. A essa filosofia, chamamos de Paradigma da Proteção Integral. No caso do Brasil, infelizmente, a consolidação do paradigma humanístico refletido nesta nova cultura jurídica comprometida com a proteção integral dos mais frágeis esbarra em um histórico de ações legalmente fundamentadas na **Doutrina da Situação Irregular**¹⁰ que, durante mais de um

10 GLOSSÁRIO: Trata-se da filosofia jurídica que permeou o Código de Menores de 1927 (Código de Melo Matos) e sua revisão, em 1979. Segundo tal doutrina, a lei é orientada apenas a uma parcela da população, a que se encontra em situação (familiar, legal, educacional ou física) “irregular”, convertendo-se em vítima ou autor de violação de direitos. Esse modelo se opõe à

século, fizeram da justiça, e das instituições encarregadas de proteger e abrigar a **infância e a adolescência em risco**¹¹, dispositivos de controle social e administração da pobreza. Tal controle era exercido, via de regra, por meio da penalização, da tutela e da institucionalização em meio fechado, temas que serão aprofundados em outros módulos deste curso, em especial, no módulo 6.

ATIVIDADE DE AUTO-APRENDIZAGEM:

Para compreender melhor a diferença entre o “Paradigma da Situação Irregular” e o “Paradigma da Proteção”, sugerimos que você assista o filme “O Contador de Histórias, de Luiz Villaça, 2009, que pode ser acessado no seguinte link:

<http://www.baixarfilmesgratis.net/download/baixar-o-contador-de-historias-nacional-dvdrip/>

Trata-se da emocionante história de um ex-interno da FEBEM de Minas Gerais, que consegue traçar uma outra história de vida, a partir da relação afetiva que estabelece com uma pedagoga que o adota, aos 13 anos, quando ele já havia praticado várias infrações.

Depois de assistir ao filme, escreva um parágrafo explicando as diferenças entre os dois paradigmas. Utilize situações e temas explorados no filme para ilustrar sua reflexão.

Assim, nos dias atuais, são grandes os desafios a serem enfrentados por pais, educadores e profissionais que atuam em distintos contextos institucionais, realizando intervenções (psicopedagógicas, assistenciais, terapêuticas, profissionalizantes, ou outras) com crianças e, particularmente, com adolescentes. O Paradigma da Proteção Integral nos incita a conciliar uma abordagem ética, que respeite os direitos fundamentais de crianças e adolescentes, suas condições peculiares de desenvolvimento e sua inserção comunitária, e a fase específica do desenvolvimento psicossocial em que se encontram. Devemos compreender que, se é verdade que as características e comportamentos de crianças e adolescentes concretos espelham o contexto no qual se desenvolvem (seja os que são caracterizados por pobreza, privação e exclusão, ou pela plena satisfação de suas necessidades), os mesmos não representam um mero reflexo dele. Constituem-se sujeitos ativos, capazes de participar da construção sócio-política e cultural de sua comunidade, contribuindo para a transformação da própria realidade da qual fazem parte.

Doutrina da Proteção Integral.

¹¹ GLOSSÁRIO: incluímos nesta categoria as crianças, adolescentes e suas famílias, que se encontrem permanente ou excepcionalmente em situação de vulnerabilidade, negligência, ou abandono, vivendo na rua, que sejam usuários de substâncias psicotrópicas; envolvidas em práticas infratoras e/ou transgressivas.